

# A PALAVRA DOS MORTOS: REFLEXÃO A PARTIR DO ATLAS DA VIOLÊNCIA (2018)<sup>1</sup>

*Alexandre Pereira da Rocha (UniProjeção)*

## 1. Introdução

Na edição do Atlas da Violência (2018), um trabalho conhecido e elaborado pela parceria Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), os números da criminalidade violenta letal impressionam novamente. Em 2016 o Brasil atingiu a marca de 62.517 homicídios.

Segundo esse estudo, o Brasil tem uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, que seria, comparativamente, superior 30 vezes a taxa da Europa. Ademais, que nos últimos 10 anos, 553 mil pessoas foram vítimas de violência letal. Assim, o Brasil, com cerca de 3,0% da população global, está entre os 10,0% de países com maiores taxas de homicídio do mundo e concentra cerca de 14% dos homicídios do planeta (SAE, 2018).

São números superlativos. Mas, muito além de todo esse sangue derramado, outras perdas nem sempre são agregadas, pois não são facilmente contabilizadas e são quase invisíveis: vidas esfaceladas transversalmente, perdas econômicas, gastos com segurança, saúde, justiça, presídios etc.

É fato. Em diversas pesquisas sobre violência, o Brasil é caracterizado como país de altas taxas de homicídio<sup>2</sup>, sendo que a depender da região, da situação socioeconômica, do sexo e da raça da vítima, as taxas variam consideravelmente. Com efeito, há um Brasil com sua gente mais vulnerável à violência, o que geralmente ocorre nas áreas periféricas, com desenvolvimento desordenado e contra a população jovem, negra e pobre.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT03. Controle social, crime e punição. Encontro Nacional de Antropologia do Direito 28 de agosto a 1º de setembro de 2023

<sup>2</sup> Vide: Anuários de Segurança Pública (FBSP), Mapa da Violência (FLACSO), Estudo Global de Homicídios (ONU/UNODC), WHO's annual World Health Statistics (ONU/OMS).

Por conta disso, pesquisas sobre a violência, como a do Atlas da Violência (2018), são importantes por revelarem a dinâmica da criminalidade, além de serem pistas para explicar quem são os mortos da violência letal. De toda forma, em valores absolutos, já se sabe a quantidade de mortos pela violência no Brasil, mas, ainda há muito para se conhecer como morrem, por que morrem e por quem são matados.

Na massa de 62.517 homicídios de 2016, quem eram os mortos? Defende-se que essa pergunta é fundamental, porquanto, a partir dela se pode destrinchar diversos detalhes sobre o fenômeno homicídio no Brasil.

Parafrazeando Zaffaroni (2011): é preciso ouvir a palavra desses mortos. Afinal, como ele explica: a única verdade é a realidade, e a única realidade na questão criminal são os mortos. Para a realidade do Brasil, portanto, são milhares de cadáveres decorrentes da violência letal. Com efeito, é necessário conhecer quem são esses mortos, porque isso tem o poder de revelar a face da violência que muitos ignoram ou querem ocultar.

Dessa forma, este artigo, a partir dos dados sobre homicídio apresentados pelo Atlas da Violência (2018) e, por outras pesquisas, pretende refletir sobre quem são os mortos da violência letal no Brasil. Ou seja, busca a palavra dos mortos ocultas nas cifras da violência. Destaque-se: embora não haja dados suficientes para traçar o perfil das vítimas, defende-se que os disponíveis já são alusivos de que o homicídio no Brasil é representação e materialização de outras conflitualidades estruturais.

Este artigo está dividido em duas seções. A primeira discorre sobre evolução dos homicídios no Brasil e compara com a realidade da América Latina e do mundo. Ademais, destaca-se a metodologia da pesquisa para apuração dos homicídios do Atlas da Violência (2018), a partir de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM/MS). Na segunda, aborda parcialmente as vicissitudes das vítimas de homicídios. Trata-se de conhecer, mesmo que parcialmente, quem são os mortos da violência. Na conclusão, reflete-se como o discurso sobre violência letal no Brasil é sujeito a incompreensões e preconceitos a cada publicação de trabalhos do estilo do Atlas da Violência (2018). Sendo isso, um desafio a mais para se chegar ao conhecimento da palavra dos mortos da violência letal.

## 2. Atlas da Violências (2018): uma avaliação geral e da metodologia

O Atlas da Violência (2018) destaca a quantidade pessoas mortas por homicídio saltou de 38.929, em 2006, mortes para 62.517, em 2017, o que representa alta de 60,6% em uma década. Para se ter ideia desse crescimento, no mesmo período, a população brasileira aumentou aproximadamente 9,50%<sup>3</sup>.

Esse trabalho, desde 2016, tem compilado as informações sobre homicídios a partir de registros do Ministério da Saúde, com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM/MS). Nesse processo, os números de óbitos são contabilizados por meio da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) como eventos que envolvem agressões e óbitos provocados por intervenção legal (códigos X85-Y09 e Y35-Y36). Essa padronização é adotada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em todo o mundo desde 1893.

Essa metodologia permite observar o fenômeno da violência para além dos registros policiais. Observe-se: no caso de pesquisas realizadas a partir dos boletins policiais, o evento morte pode ser classificados em diversas tipificações, o que muitas vezes omite parte da violência. Ora, no âmbito policial, a violência é algo restrito às situações que podem ser apreendidas pelas legislações penais ou tipificadas como crimes, enquanto, os casos de homicídios levantados a partir do SIM/MS, tende a ser mais abrangente.

Desse modo, em 2016, a diferença entre os dados do Atlas da Violência (2018) e os do Anuário da Segurança Pública (2017), corresponde a aproximadamente 2,0%<sup>4</sup>. Isso, por que o Anuário da Segurança Pública, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, analisa Mortes Violentas Intencionais a partir de boletins policiais informados pelas secretarias de segurança pública estaduais.

Destaque-se que, no âmbito policial, em nível nacional, não há padronização dos boletins criminais, assim, alguns casos podem ser classificados como homicídio numa região e noutra ser uma morte suspeita. Da mesma forma, para as polícias uma ocorrência de homicídio, mesmo que tenha sido chacina, com várias vítimas, é contabilizada com

---

<sup>3</sup> IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acessado em 15/06/2018.

<sup>4</sup> Anuário de Segurança Pública (2017) aponta: 61.283 mortes violentas intencionais, taxa de 29,7 mortes por 100 mil/habitantes.

um único fato. Isso dificulta comparações entre unidades federativas do Brasil, ainda mais, com relação a outros países. Por conta disso, as análises realizadas com o SIM/MS, tendem a ser mais fidedigna à realidade (CASTRO, ASSUNÇÃO e DURANTE, 2003). Não obstante, as duas bases de dados têm limitações, logo, o próprio IEPA, tem realizado o cruzamento delas para corrigir as distorções.

De toda forma, por meio da metodologia do Atlas da Violência (2018), é possível comparações mais exatas da violência letal ocorrida no Brasil com as de outras partes do mundo. Nesse quesito, verifica-se que o Brasil, juntamente, com outros países da América Latina, possui taxas de homicídios elevadas. Assim, 38,0% dos homicídios no mundo ocorrem na América Latina<sup>5</sup>.

A taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes verificada pelo Atlas da Violência (2018), não é maior das Américas, contudo, a quantidade absoluta de 62.517 homicídios é a maior do mundo. Com efeito, o homicídio é um tipo de crime que se sobressai no Brasil, colocando o país no rol dos mais violentos do mundo. Em nível da América do Sul, o Brasil tem taxa semelhante à da Colômbia, país que enfrentou problema de guerrilha interna, e ficando muito além de Uruguai, Chile e Argentina, com taxas abaixo da média mundial, bem situados, em se tratando da América do Sul.

O Atlas da Violência (2018), destarte, dispõe de metodologia que permite a comparação com outros países do mundo, o que comprova a concentração do problema dos homicídios nos países latino-americanos, sendo que o Brasil, lamentavelmente, figura na lista das nações mais violentas do planeta.

---

<sup>5</sup> *A América Latina pode reduzir os homicídios em 50% em 10 anos*. Igarapé (2017). Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/09/17-08-2017-2-Campanha-Instinto-de-Vida-PT.pdf>

### 3. A palavra dos mortos da violência letal

Já se conhece que os homicídios no Brasil não são ocasionados aleatoriamente e desconexos da realidade socioeconômica das diversas regiões do Brasil. Assim, o comportamento do fenômeno homicídio está correlacionado ao espaço urbano, questões socioeconômicas, culturais, raciais, gênero, crime organizado e atuações de facções criminosas, entre outras.

O contingente de pessoas mortas pela violência no Brasil é conhecido, pelo tamanho e regularidade nos últimos anos. Com efeito, em geral, o número de 62.517 homicídios impressiona, tanto que é motivo de debates acalorados na mídia, no meio acadêmico, nos governos e, enfim, na sociedade. Ou seja, é visível o problema do homicídio no Brasil.

Entretanto, a visibilidade do agregado de homicídios oculta diversas situações particulares desse fenômeno. Isso significa que, o contingente de pessoas assassinadas no Brasil, torna invisível a realidade de diversos brasileiros submetidos às contextualidades da violência. São milhares de pessoas que morrem anualmente e que entram para estatísticas trágicas da violência, porém, pouco é discutido sobre quem são esses mortos.

Então, questiona-se: quem são os mortos da violência letal? Como viviam? Como morreram? Por que morreram? Quais foram as circunstâncias? Enfim: quem eram esses brasileiros?

Infelizmente nem todos esses questionamentos possuem respostas. Aliás, as investigações sobre os mortos geralmente informam localidade, raça, sexo, idade. Outras informações capazes de colaborar para construção das identidades dessas pessoas são desconhecidas. Para tanto, seria necessário cruzar informações, se existentes, com outras fontes, por exemplo: seguridade social, sistemas de educação e saúde, assistência social, sistema de justiça criminal. Além disso, saber se esses fatores são próprios das vítimas e não aproximações para preencher lacunas de informações desconhecidas.

Informações dessas naturezas são importantes para descobrir a dinâmica dos homicídios. De toda maneira, mesmo que limitado, os dados sobre localidade, raça, sexo e idade já indicam a seletividade dos homicídios. Note-se: ao contrário do que o senso comum imagina, a violência letal não é um evento aleatório que pode ferir qualquer um na sociedade. Na verdade, em geral, é algo mais factível de alcançar alguns indivíduos do

que outros. Como aborda Soares (2008): não é predestinação, mas previsibilidade decorrente de fatores estruturais.

“Porém, as mortes violentas, incluindo os homicídios, são previsíveis *no seu conjunto*. Num bairro, cidade, município, estado ou país, o número de homicídios em um ano, em geral, se assemelha ao número de homicídios do ano anterior! Os países mais violentos em um ano são os mesmos dos anos anteriores. As áreas mais violentas são quase sempre as mesmas, ano após ano” (SOARES, 2008, p. 27).

Entretanto, os estilhaços dessa violência também atingem atores fora dos alvos rotineiros. Note-se: é justamente quando as vítimas de homicídio fogem do padrão, ou seja, os mortos são pessoas que não figuram frequentemente entre as vítimas, é que o problema desperta atenção da sociedade. Por conseguinte, enquanto a maioria dos mortos for composta de jovens negros, favelados, drogados, delinquentes, o homicídio não assume uma postura de questão fundamental para a sociedade, mas, fatalidades relacionadas às próprias vítimas.

Por conta disso, para destacar quem são os mortos, a partir do Atlas da Violência (2018), analisa-se os dados sobre localidade, idade, raça e gênero. Como foi salientado, tais dados já advertem que, os mortos da violência não são indivíduos aleatórios, aliás, reforçam a tese de que há sujeitos mais susceptíveis à violência letal do que outros sujeitos.

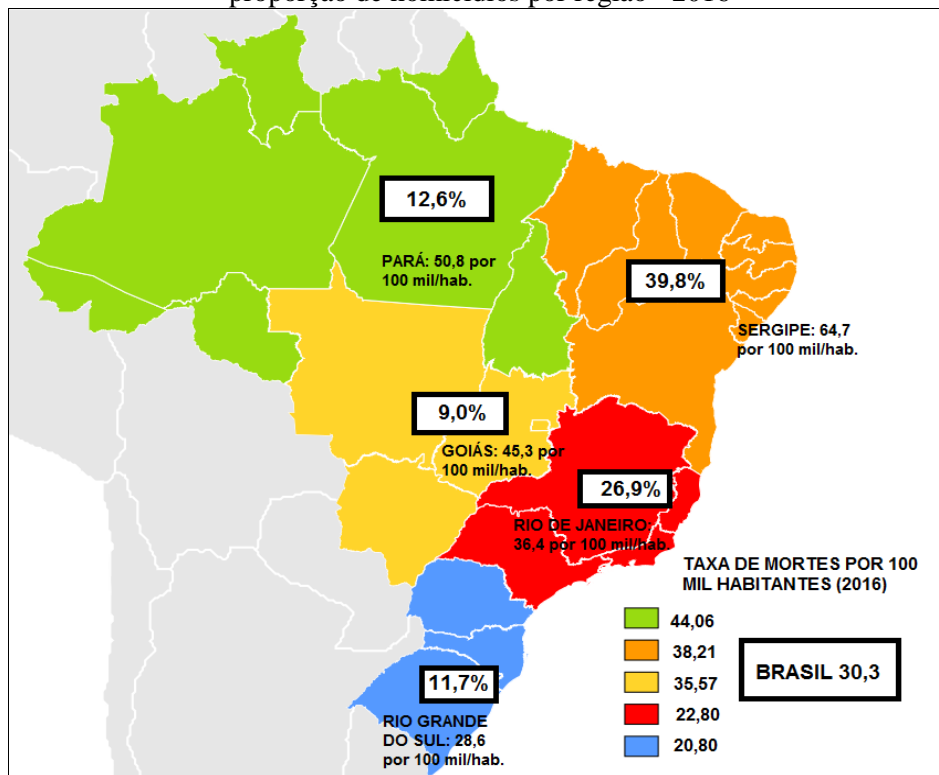
### 3.1. Os mortos da violência por região do Brasil

No período de 2006 a 2016, tem-se observado a migração do fenômeno homicídio para as regiões Nordeste, Norte e Centro-oeste, as quais passaram a ter altas taxas dessa violência letal. Por outro lado, as regiões Sul e Sudeste, reduziram. Assim, conforme o Atlas da Violência (2018), a variação nas taxas de homicídios se inseriu no intervalo entre 256,9% (Rio Grande do Norte) e -46,7% (São Paulo). Ademais, constatou-se que, todos os estados com crescimento superior a 80,0% nas taxas de homicídios pertencem ao Norte e ao Nordeste.

Destaque-se que, em 2016, unidades federativas como Acre, Amapá, Pará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe amargam taxas de homicídio por 100 mil habitantes bem acima da média nacional. Por exemplo: Sergipe apresentou taxa de 64,7

homicídios por 100 mil habitantes, o que é duas vezes mais do que a taxa nacional (Figura 1).

*Figura 1 – Mapa da violência letal no Brasil, taxas e proporção de homicídios por região - 2016*



Fonte: Atlas da Violência (2018). Elaboração própria.

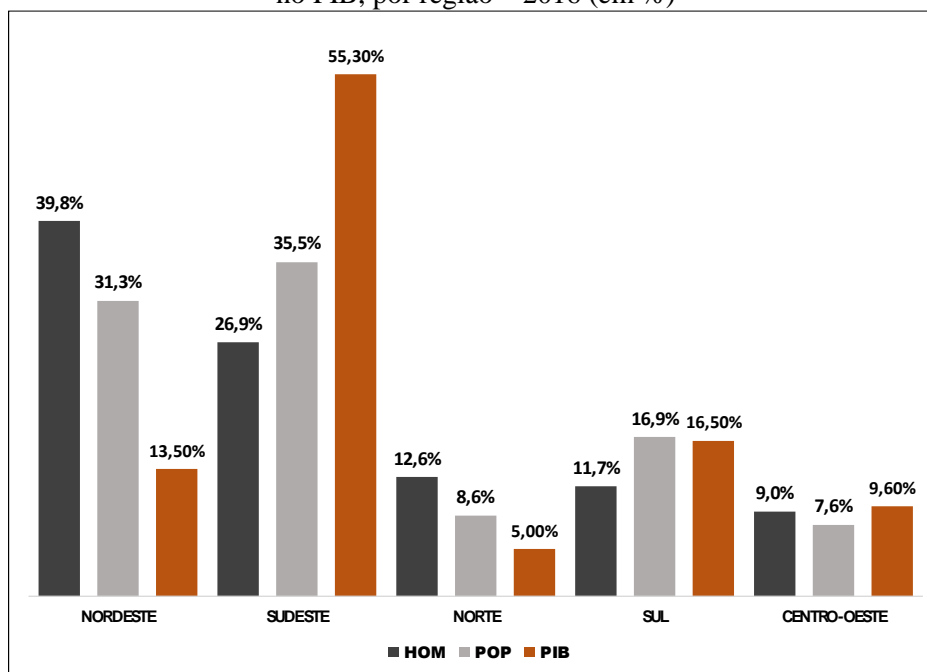
Ao se comparar a dinâmica dos homicídios por regiões do Brasil, em 2016, destaca-se a região Nordeste que teve 39,8% dos homicídios, tendo 31,3% da população e participação no Produto Interno Bruto (PIB), de aproximadamente 13,5%. Ressalta-se, também, a região Norte que é a menos populosa e com menor participação no PIB, mas teve 12,6% dos homicídios. Por sua vez, a região Sudeste, a mais populosa, com 35,5% da população teve 26,9% dos homicídios, e detém mais da metade de todos o PIB nacional (Gráfico 1).

Nessa linha de correlacionar fatores estruturais e violência, destaca-se o relatório Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (SAE), o qual constata que, os custos da criminalidade no Brasil correspondem a 4,38% do PIB. Ademais, que esse fato representa um fardo que tende a ser maior para as unidades federativas com níveis de renda mais baixo (SAE, 2018).

Nesse sentido, esse estudo da SAE, por exemplo, sugere que, desigualdades de renda per capita e taxa de alfabetização têm forte associação negativa com taxas de

homicídio, bem como essas variáveis estão mais presentes em microrregiões do Norte e Nordeste do país. Com essa metodologia se considerou renda e alfabetização como variáveis *proxy*, logo quanto menor elas são, mais vulnerabilidade no crime homicídio.

Gráfico 1 – Homicídios, população e participação no PIB, por região – 2016 (em %)



Fonte: Atlas da Violência (2018); IBGE 2009; 2017. Elaboração própria.

Em termos de taxas, em 2016, a região Norte apresenta 44,06 mortes por cada 100 mil habitantes, o que é duas vezes mais do que região Sudeste, a mais populosa do país. Nessa região, os estados do Acre e Pará praticamente dobraram suas taxas desde 2006, tendo taxas atuais de 44,4 e 50,8 mortes, respectivamente. O Nordeste tem taxa de 38,2 mortes por cada 100 mil habitantes, com ênfase nos estados de Alagoas (54,2), Bahia (46,9), Ceará (40,6), Pernambuco (47,3) e Sergipe (64,7). As regiões Sudeste (22,8) e Sul (20,8) apresentam as menores taxas, sendo que, à exceção dos estados de São Paulo (10,9) e Santa Catarina (14,2), todos os demais estados brasileiros têm taxas acima de 20 mortes por 100 mil habitantes.

A migração do crime homicídio do Sudeste para o Norte e Nordeste do país passa a impressão imediata que o fenômeno está mudando de comportamento. Tem-se que, na literatura os crimes violentos, como o homicídio, são frequentemente associados à vida nos centros urbanos marcados pela criminalidade (PINHEIRO e ALMEIDA, 2003). Nesse sentido, a alteração de rota dos homicídios no Brasil seria uma espécie de interiorização do fenômeno, como afirma o Mapa da violência de 2004 (WAISELFISZ, 2004).



Todavia, a dinâmica dos homicídios no Brasil segue trajetórias diversas e mais complexas do que a tese da interiorização desse crime. O Atlas da Violência (2018), bem como os trabalhos do Mapa da Violência, mostra claramente a expansão dos homicídios para regiões Norte e Nordeste do país. Mas, para complementar a constatação desses trabalhos, são necessárias investigações que cruzem dados sobre outras mudanças nessas regiões.

Nesse sentido, por exemplo, Andrade e Diniz, (2013), destacam que, além da tese da interiorização, deve-se considerar a reorganização da violência no território nacional fundamentada em algumas lógicas de aglomeração, com a presença de efeitos de contágio e a formação de clusters de homicídios em áreas que apresentaram algum dinamismo econômico ou reorganização do espaço em virtude de mudanças em suas formas de usos e funções.

O Atlas da Violência (2018) também destaca fatores que podem ter contribuído para essa redistribuição dos homicídios no Brasil. Por exemplo: insuficiência nas políticas de segurança nas regiões Norte e Nordeste, como é caso Pernambuco; novas dinâmicas do crime organizado, por meio de facções criminosas, que se estabilizaram na região Sudeste e, podem ter expandido suas áreas de atuação para regiões Norte e Nordeste.

De toda forma, os mortos decorrentes dessas novas dinâmicas do fenômeno homicídio, no recorte regiões do Brasil, estão preferencialmente no Norte e no Nordeste do país. É provável que essa situação seja consequência de: desenvolvimento e urbanização desorganizados, subempregos, deficiências na educação, migração de indivíduos para os grandes centros urbanos, expansão dos mercados de ilícitos (drogas, armas), despreparo dos órgãos de segurança.

No entanto, observa-se que, mesmo nessas regiões, as dinâmicas não são homogêneas, visto que, numa mesma unidade federativa, os homicídios são concentrados em pontos específicos, os quais coincidem com outras vulnerabilidades socioeconômicas. Assim, verifica-se no Atlas da Violência (2018) que 123 municípios brasileiros concentram 50,0% das mortes violentas no Brasil, sendo que 33 estão no estado do Rio de Janeiro ou na Bahia.

O fator cartográfico do homicídio no Brasil, portanto, evidencia desarranjos regionais em áreas diversas, os quais provavelmente requeiram reformulações no pacto federativo, como, por exemplo, uma remodelagem da distribuição de competências entre

os três níveis de governo: municipal, estadual e federal (CANO, 2014). Variáveis econômicas, educacionais, segurança, saúde, urbanização, mercado de emprego, enfim, diversas desigualdades também devem ser observadas nessa remodelagem.

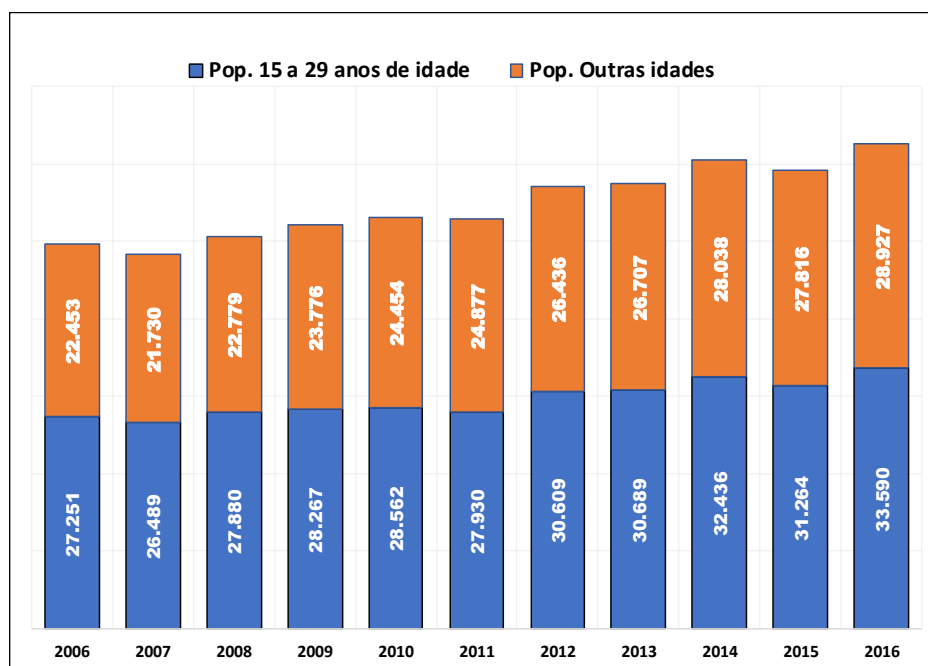
### 3.2. Os mortos da violência por idade, sexo e raça

O recorte da idade, do sexo e da raça dos mortos, no Atlas da Violência (2018) confirma que as pessoas jovens do sexo masculino e negros estão mais sujeitas à violência. Assim, destaca o estudo: os negros, especialmente os homens jovens negros, são o perfil mais frequente do homicídio no Brasil, sendo muito mais vulneráveis à violência do que os jovens não negros.

Especificamente, a vitimização da juventude tem sido abordada em outras edições do Atlas da Violência, dando, destaque para jovens entre 15 e 29 anos. Assim, em 2016, no Brasil, 33.590 jovens foram assassinados em 2016, sendo 94,6% do sexo masculino.

A participação da juventude na violência letal não é exclusividade do Brasil, afinal, há um consenso na literatura internacional de que os crimes violentos, em geral, e o homicídio, em particular, são fenômenos jovens, sendo jovens tanto as vítimas quanto os assassinos (SOARES, 2008, p. 37). Não obstante, desperta atenção que, mais da metade das vítimas de violência letal no Brasil, é composta por jovens (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Homicídios, população por faixa etária – 2006-2016



Fonte: Atlas da Violência (2018). Elaboração própria.

Ne faixa etária de 15 a 29 anos de idade, verificou-se a taxa nacional de 65,5 mortes por 100 mil habitantes, o que corresponde ao dobro da taxa do restante da população. Em estados mais afetados pela violência, essa taxa mais que duplica, assim, em Sergipe chega a 142,7 mortes por 100 mil habitantes jovens.

Por conta disso, alcunha-se esse contingente de mortos como a “juventude perdida”, o que tem consequências nefastas para o Brasil. Por exemplo, Cerqueira e Moura (2013) estimam que, no geral, a morte prematura de jovens devido às violências custa ao país cerca de R\$ 79 bilhões a cada ano, o que corresponde 1,5% do PIB nacional.

Ressalta-se: essa dinâmica dos homicídios voltados aos jovens não pode ser dissociada da abordagem anterior, sobre região do fato. Por isso, o Atlas da Violência (2018) aponta que, a quantidade de jovens assassinados, em 2016 aumentou justamente nas regiões com maiores variações desde 2006, com destaque para região Norte, nos estados do Acre (+84,8%) e Amapá (+41,2%). Além disso, na região Nordeste, no mesmo período, destoa sem igual comparativo o caso do Rio Grande do Norte, com elevação de 382,2%.

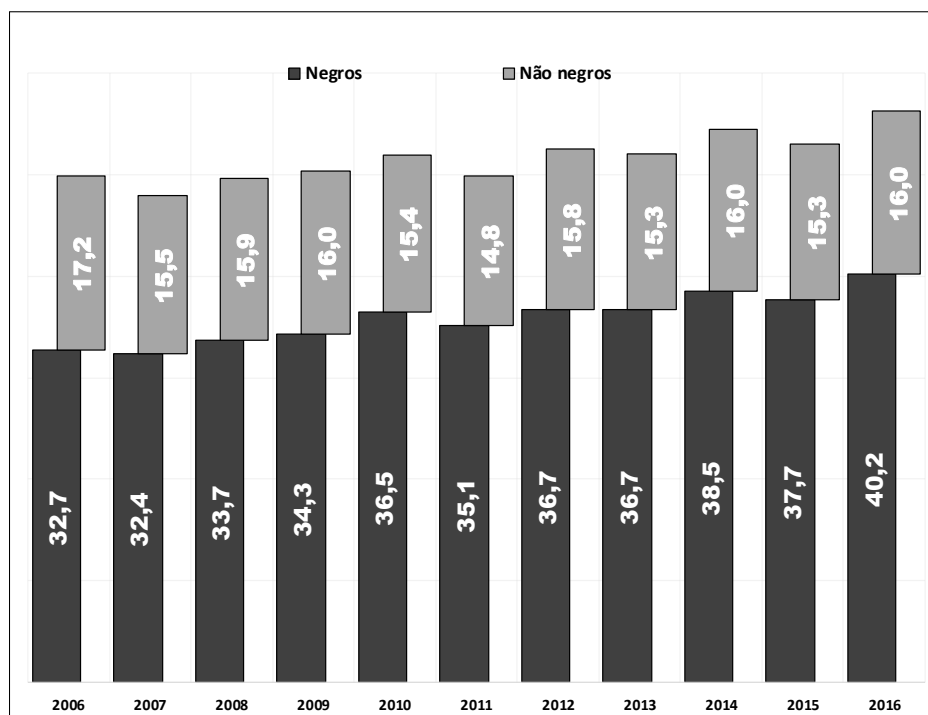
Em diversos recortes, o Atlas da Violência (2018), demonstra a vitimização da juventude, tendo prevalência as regiões Norte e Nordeste. Assim, enquanto São Paulo, entre 2006 e 2016, houve redução na quantidade homicídios de jovens de 15 a 29 anos, na ordem de 52,9%; em Sergipe a alta foi de 160,2%. No Acre e no Amazonas,

considerando apenas a variação entre 2015 e 2016, houve alta de 84,4% e 41,2%, respectivamente.

Por sua vez, o fator racial é preocupante, no quesito violência, pois, no Brasil, é a forte concentração de homicídios na população negra. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD/IBGE (2017), a população declarada negra/preta é de 8,2%<sup>6</sup>, mas, em geral no Brasil, houve 40,2 mortes de negros por cada 100 mil habitantes, ao passo que não negros foi de 16,0 (Gráfico 3).

Assim, observa o Atlas da Violência (2018) expõe que a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros. Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%, enquanto a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%.

Gráfico 3 – Homicídios, população por faixa etária – 2006-2016



Fonte: Atlas da Violência (2018). Elaboração própria.

Da mesma que o recorte por idade e região demonstra a frequência de homicídios no Norte e Nordeste do país, o recorte racial segue padrão semelhante. Ora, em 2016,

<sup>6</sup> População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>. Acessado em: 16/06/2018.

constatou-se que, as maiores taxas de homicídios de negros encontram-se nos estados de Sergipe (79,0%) e do Rio Grande do Norte (70,5%).

Ressalta-se, por exemplo, o estado de Alagoas, pelas diferenças de mortes entre negros e não negros. Enquanto os negros têm taxa 69,7 mortes por 100 mil habitantes, os não negros têm taxa de 4,1. Assim, o Atlas da Violência (2018) ressalta: é como se os não negros alagoanos vivessem nos Estados Unidos (taxa de 5,3), já os negros alagoanos, em El Salvador (taxa de 60,1).

Destarte, no Brasil, fato de ser jovem, homem e negro, além de residir nas regiões Norte ou Nordeste, aumenta a vulnerabilidade frente à violência, a probabilidade de ser vítima de homicídio. Tais fatores não podem ser isolados de outros, assim a PNAD/IBGE (2017), observa-se que, a taxa de analfabetismo tende a ser maior entre as pessoas pardas e negras (9,9%) e está mais frequente nas regiões Norte e Nordeste (20,3%)<sup>7</sup>.

Entre os mortos, por sexo, destaca-se o masculino, pois representam 94,6% das vítimas jovens. Com efeito, o crime homicídio é principalmente um problema de homens, não apenas em termos de autores, mas também das vítimas, sendo que a maioria delas envolvendo jovens menores de 30 anos<sup>8</sup>. Ademais, dados do SIM/MS, observa-se que, mais de 90% dos óbitos registrados como homicídios são homens (SAE, 2018). Enfim, o sexo masculino está mais vulnerável à violência letal.

Apesar de o fenômeno homicídio ser majoritariamente composto por vítimas do sexo masculino, as mulheres também são vitimizadas. No período de 2006 a 2016, houve variação de 15,3% das mortes femininas, tendo unidade federativa, como o Rio Grande do Norte, que o aumento foi de 138,1%. Entre 2006 e 2016, em média 8,0% das vítimas de homicídio são mulheres, também sendo, em sua maioria, jovens e negras. Ou seja, da mesma forma que os fatos idade, raça, localidade, situação socioeconômica incidem nos homens, também ocorrem nas mulheres.

Desse modo, o Atlas da Violência (2018) aponta que: considerando-se os dados de 2016, a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1), sendo que a diferença é de 71%. De 2006 a 2016, a variação de morte de

---

<sup>7</sup> Brasil ainda tem 11,8 milhões de analfabetos, segundo IBGE. Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-118-milhoes-de-analfabetos-segundo-ibge-22211755#ixzz51bHvDENI>. Acessado em 15/06/2018.

<sup>8</sup> Por que os homens são responsáveis por 95% dos homicídios no mundo? BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-3773044>. Acessado em 15/06/2018.

mulheres negras foi 15,4% a mais, enquanto de mulheres não negras reduziu 8,0%. Do mesmo modo, por região do país, enquanto São Paulo, teve redução entre de 35,7% de mulheres mortas, Rio Grande do Norte aumentou em 138,1%.

Não obstante, vale observar que, diferentemente dos homens que são mais sujeitos à criminalidade violenta letal, sobretudo, como autores, as mulheres não há evidências empíricas. Consequência disso é que, enquanto homens geralmente são mortos por alguém que não conhecem, quase metade de todas as mulheres mortas são vítimas de pessoas mais próximas a ela (UNODC, 2013). Trata-se, na maioria dos casos, de violência doméstica, pois autores e vítimas possuíam vínculos. Com efeito, o Atlas da Violência (2018) observa que, a mulher que se torna uma vítima fatal muitas vezes já foi vítima de uma série de outras violências de gênero, por exemplo: violência psicológica, patrimonial, física ou sexual.

Os mortos pela violência criminosa no Brasil, portanto, em sua maioria, são homens jovens, negros e pobres, os quais estão mais sujeitos ao submundo da criminalidade. Quanto às mulheres, a tendência é que sejam mais mortas pela violência doméstica, por parceiros, mas, também elas estão envoltas noutras variáveis da criminalidade e desarranjos socioeconômicos e regionais.

Enfim, o contingente de mortos por idade, sexo e raça, embora parcialmente, torna visíveis questões raciais, de gênero, socioeconômicas, culturais, regionais, ou seja, estruturais, logo as mortes são consequências da produção e reprodução de inúmeras desigualdades e injustiças que afligem a sociedade brasileira.

#### 4. (In)conclusões: entre incompreensões, preconceitos e desafios

Não há como ignorar. Os números da criminalidade violenta letal no Brasil são alarmantes. A cada edição de relatórios sobre a temática, como o Atlas da Violência (2018), os números globais demonstram milhares de vidas perdidas. No geral, a evolução de um ano para o outro, não é expressiva, mas, há unidades federativas com redução de casos e outros com saltos chocantes. Desse modo, no conjunto do país, não há recrudescimento nas taxas de morte. Assim, mesmo que haja uma estabilização, a tendência é que fique em níveis elevados.

Por conta disso, é oportuno evocar a reflexão de Zaffaroni (2011) sobre a palavra dos mortos, a partir dos achados do Atlas da Violência (2018). Nesse estudo, o jurista argentino aponta que, os mortos não falam, o que é verdade em sentido físico, mas, sem dúvida, o conjunto dos cadáveres diz muitas coisas que nossas sonoras afirmações e discursos ocultam. Com efeito, os mortos pela violência letal no Brasil, como se viu neste artigo – em sua maioria, jovens, negros e pobres, de localidades sujeitas a diversas vulnerabilidades – denunciam as desigualdades e injustiças do país.

O amontoado de cadáveres que se espalham pelo Brasil afora, de forma heterogênea, mas, com características muito semelhantes e regulares, portanto, também denunciam um país que não tem desenvolvido políticas públicas de segurança humana e um sistema de justiça criminal capaz de reverter o espiral de violência. Em nível nacional, inclusive, inexistente atualmente e, de forma, efetiva e consistente, um plano que enfrente a questão da criminalidade; conforme suas particularidades por regiões, sexo, idade, raça, desigualdades.

Nesse vácuo deixado pelas autoridades públicas brasileiras, entre os mortos, desenvolve-se o discurso populista penal e autoritário-securitário. Note-se, no geral, as soluções sugeridas para o controle da violência são: recrudescimento das penas, encarceramento, redução da maioria penal, liberalização das armas, incremento de pessoal e equipamentos das forças policiais, militarização da segurança pública. Resumindo: acredita-se que violência se combate com violência. Entretanto, não há evidências empíricas do sucesso desse receituário bélico.

Apesar dessa incerteza sobre a efetividade das políticas de recrudescimento penal, elas ecoam de diversos segmentos da sociedade. Por exemplo: do Congresso Nacional, com uma bancada da Bala, composta parlamentares defensores da política guerra contra o crime (FAGANELLO, 2015); da mídia, com uma criminologia que adota mensagens de conteúdo vingativo aos criminosos, com discurso de higiene social (ZAFFARONI, 2013).

Assim, mesmo o Atlas da Violência (2018) evidenciando que, aproximadamente 70,0% dos homicídios foram cometidos com armas de fogo, há no Brasil consistente discurso para liberalização das armas<sup>9</sup>. No geral, esse argumento se fundamenta que mais

---

<sup>9</sup> Com forte apoio popular, projetos contra o desarmamento aceleram para incluir plebiscito na eleição de 2018. BBC Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41493672>. Acessado em 15/06/2018.

armas de fogo poderiam conter a violência<sup>10</sup>. Mas, no caso dos homicídios, é provável que os mortos por armas no Brasil foram mortos justamente por estarem em contextos de facilidade de armas ilegais ou facilmente legalizadas por colecionadores. Portanto, não seria a falta de armas o motivo da maioria dos homicídios, mas, talvez a facilidade delas presentes e incentivadas por mercados ilegais, sobretudo em áreas deficientes de policiamento e outras estruturas do Estado.

O Atlas da Violência (2018) comprova que a realidade é que os estados onde se observou maior crescimento da violência letal na última década são aqueles em que houve, concomitantemente, maior crescimento da vitimização por arma de fogo. Por conta disso, acredita-se que a liberalização de armas de fogo não teria impacto na redução da massa homicídios de jovens negros e pobres, muito embora possa trazer certa sensação de segurança para uma parcela dos brasileiros que já não é tão vitimizada.

Nesse sentido, o Atlas da Violência (2018) defende que o controle da arma de fogo é central, como medida de contenção à violência letal. Contudo, não como estratégia isolada, mas, correlacionada a políticas estruturais de enfrentamento a desigualdade econômica e social, a inoperância do sistema de segurança pública, a presença de mercados ilícitos e facções criminosas. De todo modo, no Atlas da Violência (2018), frisa-se: não fosse a legislação de controle das armas de fogo, a taxa de homicídios no Brasil tenderia a ser maior que a observada.

Destaque-se que, para reverter a evolução dos homicídios no Brasil, o Atlas da Violência (2018) traz como sugestão geral as propostas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável<sup>11</sup>, especialmente no objetivo 16, referente à violência e à pacificação social, o qual prescreve: “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”. Tal agenda, *per se*, não seria capaz de mudar a situação da violência letal, mas, sendo aplicada, poderia se constituir num compromisso do Estado brasileiro no enfrentamento da violência de forma transversal e consistente.

Ademais, de modo específico, o Atlas da Violência (2018) sugere a modernização da área de segurança pública. Para tanto, aborda a necessidade de se criar mecanismos de

---

<sup>10</sup> Vide o debate sobre armas em: DE OLIVEIRA, Cristiano Aguiar; ROSTIROLLA, Caio César (2017).

<sup>11</sup> *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. ONU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods16/>. Acessado em 15/06/2018.



governança capazes de articular os entes federados do país, mas, necessariamente, precisa criar condições para a coordenação de ações entre Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como entre Ministérios Públicos, Polícias Civil, Militar, Federal, Rodoviária Federal, Guardas Municipais, Forças Armadas, Tribunais de Conta e Sistema Prisional.

Nesse quesito de propostas para transmutar a rota de violência letal no Brasil, para complementar o debate do Atlas da Violência (2018), como medida deste artigo, sugere-se analisar a questão da impunidade dos homicídios. Nessa seara não há dados consistentes, mas, ficariam impune entre 92,0% a 30,0%, dependendo da metodologia, da origem do dado e da unidade federativa (FBSP/MJ, 2013; COSTA, 2014). Nota-se, que praticamente inexistente uma forma padronizada para mensurar a taxa de elucidação de homicídios no país, tampouco a divulgação oficial dos dados obtidos, logo os dados de elucidação de homicídios são incertos. Nesse sentido, desataca-se esforços de organizações da sociedade civil, como o Instituto Sou da Paz, que tenta obter dados para fornecer informações sobre a elucidação de homicídio, por meio do relatório Onde Mora a Impunidade<sup>12</sup>.

A despeito dessas particularidades, o que se observa é que o policiamento repressivo, especialmente a cargo das Polícias Cíveis, não está sendo eficiente na solução dos homicídios, logo matar é um tipo de crime que as chances de punição são poucas, o que provavelmente é um componente que retroalimenta essa prática criminosa. Por isso, especificamente, sugere-se que as Polícias Cíveis sejam reformuladas no âmbito das políticas de enfrentamento do homicídio no Brasil. Ademais, que se tenha a integração do sistema de justiça criminal, sobretudo articulando com o Ministério Público e Poder Judiciário, a fim de que se tenha informações sobre denúncias e condenações dos casos de homicídios.

Diante disso, destaca-se a necessidade de políticas de segurança baseada em evidências, com o desenho de políticas públicas baseadas no estado-da-arte da evidência empírica sobre quais tipos de intervenções funcionam. Ou seja, em vez de medidas populistas e midiáticas, as políticas de enfrentamento do homicídio devem se firmar em evidências empíricas. Nesse sentido, como evidência, é necessário saber mais sobre os mortos da violência letal no Brasil. No Atlas da Violência (2018) está manifesto que a

---

<sup>12</sup> Vide: Sou da Paz, em: <https://soudapaz.org/noticias/estados-brasileiros-perdem-capacidade-de-esclarecer-homicidios-revela-estudo-do-instituto-sou-da-paz/>

maioria dos mortos é composta por homens, jovens, negros e pobres residentes nas regiões Norte e Nordeste do país. Ademais, verifica-se que há proximidades (*proxy*) do homicídio com fatores estruturais. Embora essas evidências não sejam determinantes, a tendência é que elas sejam gatilhos para violência letal.

Por conta disso, como argumento principal deste artigo, sugere-se aprofundar na história de vida dessas pessoas, vendo as evidências a partir das vítimas e daí formar com os fatores próprios dessas pessoas, o agregado dos mortos da violência letal.

Assim, é preciso saber: quantas das vítimas da violência letal estavam empregadas, desocupadas ou em subempregadas? Quantas viviam em condições de pobreza? Quantas não tinham qualificação ou educação escolar? Quantas tinham antecedentes criminais? Quantas já tinham sido vítimas de outras violências? Quantas tiveram direitos sonogados? Quantas tiveram seus algozes apontados? Em quais contextos foram vitimadas?

Tem-se que, apesar de as informações sobre violência letal ainda carecerem de padronização, qualidade e transparência; o campo de pesquisa desse tema tem avançado. Assim, de análises macroestruturais, tendo a criminalidade condição de epifenômeno (PINHEIRO, 1983); avançou-se para pesquisas mais detalhadas, com a correlação de diversas variáveis sociais, econômicas, culturais, raciais, gênero (ZALUAR et al 1994; SOARES, 2008; BEATO FILHO, 2012; CERQUEIRA, 2014; LIMA et al, 2011). Todo esse processo tem permitido saber o que os mortos da violência letal expõem, mas, ainda se precisa saber melhor quem são.

Como Zaffaroni (2011) frisa, os mortos falam, embora já calados, é possível ouvir suas palavras no emaranhado de dados e indicadores sobre a violência letal. Como efeito, negligenciar esses sussurros sujos de sangue não diminui a montanha de cadáveres que se acumula no Brasil. De modo, é de se examinar: se as palavras dos mortos não incomodam não será por que suas vidas pouco importaram?

Enfim, a palavra dos mortos decorrentes da violência letal no Brasil, como a das 62.517 pessoas mortas, em 2016, apresentadas com suas contextualidades e particularidades, pelo Atlas da Violência (2018), é algo que os vivos devem conhecer e compreender, afinal, como Elias (2001) sentencia: “a morte é um problema dos vivos”.

## Referências

- ANDRADE, Luciana Teixeira; DINIZ, Alexandre Magno Alves. A reorganização espacial dos homicídios no Brasil e a tese da interiorização. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 30, p. 171-191, 2013.
- BEATO FILHO, Cláudio Chaves. *Crime e cidades*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.
- CANO, Ignacio. Pacto federativo e segurança pública. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Edição 87, outubro 2, 2014.
- CASTRO, Mônica S Monteiro de; ASSUNCAO, Renato M and DURANTE, Marcelo Ottoni. Comparação de dados sobre homicídios entre dois sistemas de informação, Minas Gerais. *Rev. Saúde Pública* [online]. 2003, vol.37, n.2 [cited 2018-06-12], pp.168-176.
- CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. *Causas e consequências do crime no Brasil*. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014.
- \_\_\_\_\_; MOURA, Rodrigo. Custo da juventude perdida no Brasil. Seminário Juventude e Risco: Perdas e ganhos sociais na crista da população jovem. Rio de Janeiro: Ipea, *Secretaria de Assuntos Estratégicos, IDRC (Canadá) e CEDIAS (Argentina)*, v. 12, 2013.
- COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Criação da base de indicadores de investigação de homicídios no Brasil. *Rev. bras. segur. Pública*. São Paulo v. 8, n. 2, 164-172, Ago/Set 2014.
- ELIAS, Norbert. *A Solidão dos Moribundos*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- FAGANELLO, Marco Antônio. Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. Sebastião Velasco e Cruz; André Kaysel; Gustavo Codas.(Org.). *Direita, Volver*, 2015, p. 145-161.
- FILHO, Adauto Martins Soares et al. Análise da mortalidade por homicídios no Brasil. *Epidemiol. Serv. Saúde* [online]. 2007, vol.16, n.1 [citado 2018-06-18], pp.7-18.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 11ª Edição. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *A investigação de homicídios no Brasil*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2013.
- INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Atlas da Violência*. Rio de Janeiro, junho de 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Contas Regionais do Brasil 2005-2009 – Contas Nacionais*, n. 35. Rio de Janeiro, 2011
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua*. Rio de Janeiro: IBGE/PNAD, 2017.
- LIMA, Renato Sérgio; NEME, Cristina. *Entre Palavras e Números: violência, democracia e segurança pública no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2011.

- MACEDO, Adriana C. et al. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 35, n. 6, p. 515-522, 2001.
- OLIVEIRA, Cristiano Aguiar; ROSTIROLLA, Caio César. *Mais armas de fogo, mais homicídios? Uma evidência empírica para a Região Metropolitana de Porto Alegre a partir de dados em painel*, 2017.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio de Moraes Sarmiento; DE ALMEIDA, Guilherme Assis. *Violência urbana*. São Paulo: Publifolha, 2003.
- \_\_\_\_\_. et al. *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SAE). Custos econômicos da criminalidade no Brasil. Relatório de Conjuntura nº 4, Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (SAE), 2018
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Não matará: desenvolvimento, desigualdade e homicídios*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.
- UNODC, GLOBAL STUDY ON HOMICIDE. *United Nations publication*, Sales No. 14.IV.1, 2013.
- WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência IV: os jovens do Brasil*. Brasília: Unesco, 2004.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl, 1940- *A questão criminal/ Eugenio Raúl Zaffaroni*; tradução Sérgio Lamarão. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Revan, 2013.
- \_\_\_\_\_. *O inimigo no direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- \_\_\_\_\_. *La palabra de los muertos. Conferencias de criminología cautelar*. Buenos Aires: Ediar, 2011.
- ZALUAR A e NORONHA JC de, Albuquerque C. Violência: pobreza ou fraqueza institucional? *Cad Saúde Pública*. 1994.